

O QUE É A IIª IDADE DO FERRO NO SUL DE PORTUGAL?

por

Ana Margarida Arruda, Amílcar Guerra
e Carlos Fabião*

Resumo: Com base nos dados proporcionados por antigas escavações e pela informação obtida no decurso das investigações dos autores, apresenta-se uma nova leitura para a tradicionalmente chamada "IIª Idade do Ferro do Sul de Portugal".

Palavras-chave: Iª Idade do Ferro. IIª Idade do Ferro. Sul de Portugal.

1. INTRODUÇÃO

A arqueologia proto-histórica do Sul do actual território português apresenta-se, no estado actual dos nossos conhecimentos, extremamente difícil de abordar na globalidade, uma vez que a informação de que dispomos é muito pontual e apresenta, por isso, inúmeras lacunas inultrapassáveis.

Assim, se compararmos o volume de dados que uma mais que centenária tradição de estudos recolheu sobre os povoados fortificados no noroeste, revitalizada nas últimas décadas pelos trabalhos dos investigadores das Universidades do Porto e Braga, com os que possuímos para as regiões a sul do Tejo, fica-nos a consciência da imensa desproporção. No entanto, a informação sobre o Sul excede em muito a disponível para o Entre Douro e Tejo onde é quase total o desconhecimento das comunidades pré-romanas, apenas com alguns dados para a região litoral imediatamente a sul do Douro e para a área de Viseu e uma informação pontual e extremamente lacunar para o Baixo Mondego e Baixo Tejo.

As regiões meridionais do nosso território conheceram, tal como o Noroeste, o interesse de alguns dos mais notáveis pioneiros da arqueologia portuguesa,

* Assistentes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigadores do Centro de Arqueologia da UL. Cidade Universitária, P 1699 LISBOA CODEX.

(queda de Tiro, guerras greco-persas e o início do poderio económico de Cartago) serviam também, mesmo que marginalmente, esta proposta.

Com alguns matizes, esta esquematização foi repetida em trabalhos mais recentes dos mesmos autores (BEIRÃO, 1986 e GOMES, 1992) e, pode dizer-se, constitui a doutrina corrente sobre estes períodos no sul do actual território português. Contudo, parece-nos, que esta tese, embora verosímil e potencialmente aplicável a algumas realidades e/ou regiões, carece de fundamentos sólidos e tem revelado dificuldades de articulação com o avolumar dos dados empíricos.

2. FUNDAMENTOS E FRAGILIDADES DE UMA TESE

No essencial, pode dizer-se que todo este sistema de explicação assenta em bases não-arqueológicas. A Iª Idade do Ferro é estreitamente associada ao reino de Tartessos. A sua génese, esplendor e decadência, para lá da linearidade e do carácter discutível desta leitura, de inegável sabor “spengleriano”, estariam intimamente relacionadas com os sucessos desta entidade política. A IIª ter-se-ia constituído na sequência de uma migração/invasão de cariz céltico. Os seus fundamentos e balizas cronológicas estribam-se em interpretações dos dados transmitidos pela tradição literária greco-latina — não nos dados em si, como procuraremos explicitar.

As principais fragilidades desta tese são, naturalmente, a inexistência de informação arqueológica que a confirme solidamente. Em primeiro lugar, faltam as sequências estratigráficas que documentem com segurança este processo, já que o principal indicador — as sobreposições da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal (CORREIA, 1925 e 1928) — se revela, afinal, contraditório com a sequência estratigráfica observada no seu presumível habitat correspondente (SILVA *et alii*, 1980-1); por outro lado, outras estratigrafias conhecidas, que adiante comentaremos, estão, igualmente, longe de a validar. Em segundo lugar, questão estreitamente relacionada com a anterior, faltam em absoluto os sítios arqueológicos onde se documente uma ocupação Orientalizante à qual se sobrepõe uma outra de feição Continental — uma vez mais, os únicos dados em abono de tal sequência são fornecidos pela necrópole de Alcácer e por violações/reutilizações de outras da zona de Ourique: Fonte Santa, Furo do Pêgo e Carapetal I (BEIRÃO, 1986: 27-29). Finalmente, faltam-nos os dados cronológicos seguros, já que as poucas datas de radiocarbono actualmente disponíveis se revelam, no mínimo, perturbadoras, designadamente as que se referem às necrópoles da Iª Idade do Ferro daquela região (GAMITO, 1988: 120-1 e 1991: 300-301).

Convém sublinhar, no entanto, que a ausência generalizada de dados, ainda

mente reconhecida a grande antiguidade das informações da *Ora Maritima* e é aceite a sua anterioridade em relação a Heródoto. As referências deste último assumem um especial significado pelo facto de poderem constituir um *terminus ante quem* (aproximadamente 480 a.C.) para a localização dos Celtas no ocidente peninsular (II, 33). Informação idêntica proporciona Herodoro de Heracleia (aprox. 420 a.C.) quando reafirma a presença de Celtas que habitavam “para além das Colunas de Hércules” (FHA II: 37). Mas alguns autores modernos, partindo da identificação de *Kynetes* (Avieno e Herodoro) e *Kynesioi* (Heródoto), defenderam a celticidade dos *Saefes* e *Cempsi*, que a *Ora Maritima* coloca ao lado daqueles, reconhecendo assim a conformidade das informações destes três autores clássicos. Para a fundamentação desta ideia contribuiu especialmente Lambrino (1957), invocando sobretudo argumentos de natureza linguística — a começar pelos próprios etnónimos (não apenas destes, mas também de *Lusis* e *Dragani*) — para provar essa vinculação étnica e cultural. Teríamos, nesta perspectiva, de fazer recuar a primeira presumida atestação de celtas no ocidente peninsular para o séc. VI a.C.

No entanto, a ausência na obra de Avieno de uma referência específica aos celtas é um dos argumentos em que assentaria a divisão entre Iª e IIª Idade do Ferro, tomando-a como um dado que poderia fundamentar uma das frequentes movimentações deste povo em período histórico e que a conjugação das fontes referidas permitiria situar entre os finais do séc. VI e os inícios do séc. V a.C. (v.g. MAIA 1985: 174). Os célticos seriam, nesta perspectiva, a componente étnica que deveria ser associada a uma nova fase, tanto mais que a sua origem “continental” se encontraria patente na cultura material do sul do território português (GOMES 1992: 167).

Pensamos, contudo, que os argumentos de Lambrino têm peso, uma vez que parece incontestável o carácter indo-europeu de muitos dos nomes por ele analisados. Celta, de facto, deve assumir-se como um termo que designa genericamente um conjunto de povos, por vezes bastante diferenciados, que deveriam ter como característica comum a afinidade linguística. A respeito do carácter abrangente desta designação vale a pena citar um passo de Estrabão (1, 2, 27) em que se esclarece que “os autores gregos antigos /.../ citavam, por desconhecimento, sob uma mesma designação [Celtas, Iberos], povos distintos”. Isto poderia justificar que os povos onomasticamente diferenciados na obra de Avieno, sejam por Heródoto abrangidos por uma mesma designação genérica (cfr. RENFREW 1990: 179-183).

Deve, pois, concluir-se que não se pode tomar a falta de uma referência a este étnico específico, numa obra como a de Avieno, como um argumento a favor da ausência de uma determinada realidade cultural.

Mesmo pondo de lado uma decisão sobre estas questões e as discussões em torno da localização concreta destas entidades, considera-se que as fontes clássi-

tarefa fortemente limitada pela própria natureza dos dados disponíveis, embora se possam extrair algumas interessantes conclusões, apoiadas nalguns casos por dados de natureza epigráfica.

A primeira constatação, decorrente da análise das informações para a Iª Idade do Ferro, é a de que a duplicidade cultural aí verificada parece não se alterar substancialmente. Isto é, permanece uma distinção entre uma área marcada pelas influências mediterrâneas e uma outra “indo-europeia”, com uma correspondência territorial que não é possível estabelecer em pormenor, mas que genericamente se mantém.

Assim, o extremo Sul aparece como território dos Cónios (os *Konioi* de Políbio são identificáveis com os Cinetes) e, a Norte destes, surgem populações célticas (*keltikoi*, *celtici*). M. Maia procurou explicar a (subtil) diferença de terminologia entre a referência mais antiga (os *Keltai* de Heródoto) e as mais recentes, procurando ver naquela forma uma maior proximidade com a sua origem indo-europeia e nesta um resultado de “simbiose do elemento celta invasor com a população autóctone, os Cónios” (1985: 174). É sempre problemático atribuir um significado a esta pequena diferença terminológica, sabendo nós a quantas contingências estão sujeitas as formas onomásticas transmitidas pelos autores clássicos.

Esta hipótese interpretativa corresponde, pois, à aceitação de uma continuidade étnica na região entre pelo menos o início do séc. V a. C. e o mundo romano ou, a aceitar-se a celticidade dos Cempsos, desde uma fase ainda mais antiga.

A questão da cronologia dos primeiros celtas no ocidente europeu tem sido, de resto, frequentemente debatida e, nas propostas de alguns arqueólogos e linguistas, as datações são extraordinariamente recuadas, se comparadas com as que se retiram dos textos clássicos. C. Renfrew (1990), por exemplo, num trabalho que não deixou de suscitar alguma polémica, procurou demonstrar que o estabelecimento de populações indo-europeias — para ele celtas, no caso do ocidente europeu — andava associado à difusão da agricultura, o que corresponderia *grosso modo* a uma época em torno de 4000 a. C. (RENFREW 1990: 129-138; 198). Este primeiro estádio de indiferenciação linguística daria progressivamente lugar, pela evolução diferenciada, à afirmação das peculiaridades de diversas regiões que se reconhecem em períodos históricos. Celtas, de qualquer modo, seriam todos aqueles povos que falariam uma língua pertencente a esse ramo das línguas indo-europeias, apresentando entre si evidentes afinidades, embora conhecidos nas fontes por uma grande variedade de designações.

A conquista romana deve ter sido igualmente confrontada com essa duplicidade étnico-cultural, que certas fontes reflectem com muita clareza. Talvez seja a este título particularmente significativa a obra de Ptolemeu. Ainda que muitas localizações de cidades sejam manifestamente desajustadas, as divisões por ele estabelecidas não deixam de ser significativas. No Sul do território por-

3.2. Escrita e Epigrafia

A diferenciação entre os dois momentos da Idade do Ferro do Sul de Portugal tem, por outro lado, assentado na oposição entre uma primeira fase caracterizada pelo domínio e amplo uso da escrita e uma segunda em que esse conhecimento se perde, ou pelo menos não se manifesta (GOMES 1992:167-8). Uma transformação desta importância seria justificada por profundas transformações que se deveriam à instabilidade causada por movimentos populacionais ocorrida em meados do séc. V a.C. e cujos protagonistas teriam sido os célticos.

Contudo, a dificuldade em garantir uma coincidência entre este fenómeno e a cronologia atribuída à separação das duas Idades ressalta da investigação até hoje feita neste domínio. Registe-se desde já a enorme dificuldade em enquadrar cronologicamente a sua origem e desaparecimento, havendo neste aspecto opiniões bastante desencontradas.

Tem, de facto, prevalecido entre nós a ideia de que a escrita do SO é, na Península Ibérica, a mais antiga conservada, remontando ao séc. VII a.C. e não indo além do IV a.C. Para J. de Hoz é o seu carácter redudante que justifica essa antiguidade (1985: 462-64; 1990: 225) defendido igualmente por Beirão e Gomes que a pretenderiam ver confirmada nos resultados de trabalhos arqueológicos (BEIRÃO 1990: 116-118).

Contudo, contra estas datas sustentadas principalmente pelos investigadores portugueses, algumas propostas de cronologias mais baixas se registam, nomeadamente as de Maluquer, Untermann e Correa. O primeiro propusera inclusivamente datações bastante tardias, ao situar nos séc. III e II a. C. o desenvolvimento da escrita do SO (1968: 99) que, noutra lugar (1975: 160), coloca entre os séc. V e III a.C. Para Untermann (1975: 70-71) as origens da escrita peninsular em geral devem situar-se numa região de cruzamento das influências fenícias e gregas, e só a partir desta se teria criado o sistema de signos do SO. Recentemente e na sequência da análise do signário de Espanca, Correa (1993: 553-555) tomou uma posição sobre o assunto, defendendo não apenas a sua avançada cronologia (a partir do séc. V a.C.), mas ainda a vinculação da escrita não aos tartéssios, como fizera Tovar, nem ao ambiente cultural mediterrâneo, mas aos célticos. Esta conclusão é, de resto, coerente com as suas anteriores investigações que vêm defendendo a natureza indo-europeia da língua que transcrevia.

Traz igualmente uma interpretação diferente para o fenómeno da redundância, elemento que tinha sido geralmente apontado como uma manifestação de arcaísmo. Na sua perspectiva é antes uma peculiaridade tardia, pelo que aponta as origens da escrita do sudoeste para uma data que se fixaria no séc. V a.C. Esta baixa datação poderia eventualmente ser posta em paralelo com os dados que os

actualmente disponível sublinha bem as dificuldades existentes. O reduzido espaço concedido a esta comunicação inibe um comentário mais aprofundado, pelo que, simplificando, podemos considerar, para a chamada IIª Idade do Ferro, um razoável conhecimento de algumas pequenas áreas como a de S. Eulália (Monforte-Elvas-Estremoz), estudada por J. Morais Arnaud e T. Júdice Gamito, prolongada, recentemente, pelos trabalhos de Manuel Calado nos concelhos de Redondo e Alandroal; a da margem esquerda do Guadiana (Moura-Serpa) investigada por R. Parreira, Monge Soares e J. Caeiro; as zonas de Ourique-Almodôvar estudadas por Manuela Alves Dias, Luís Coelho e Caetano Beirão, prolongada no concelho de Castro Verde pelos trabalhos de Manuel e Maria Maia, tudo nas regiões do interior. Quanto às áreas litorais, há a assinalar trabalhos pontuais desenvolvidos no baixo Tejo, por R. Parreira, J. L. Cardoso e um dos signatários (AMA); no baixo Sado e costa alentejana por J. Soares e C. Tavares da Silva e no Algarve por Caetano Beirão, M. Varela Gomes e, também, por AMA. Todo o restante território do Sul de Portugal aparece pontuado por locais identificados ocasionalmente, mas somente prospectados à superfície — (v., a título de exemplo, GOMES, 1992: fig. 56). A escavação que os restantes signatários deste texto (CF e AG) têm em curso no sítio arqueológico de Mesas do Castelinho, Almodôvar, não forneceu, ainda, informação muito consistente sobre as fases mais antigas da ocupação do local (FABIÃO/GUERRA, 1993).

Esta seca enumeração pode sugerir uma amplitude de estudos que, infelizmente, não encontra uma efectiva correspondência no volume de dados publicados. Uma análise mais detalhada dos diferentes sítios revela-nos, porém, uma realidade bem diferente. Em primeiro lugar, somente em Alcácer do Sal foi possível associar uma necrópole — o Olival do Senhor dos Mártires — com o respectivo habitat, no subsolo da Alcáçova da cidade medieval. Como veremos, esta associação revela-se particularmente interessante para uma reavaliação da problemática da transformação cultural proposta no âmbito da Idade do Ferro. Em todas as restantes áreas não foi possível estabelecer qualquer relação entre zonas sepulcrais e áreas de habitat ou, onde tal relação parece plausível, os sítios não foram, ainda, escavados e/ou publicados.

4.2. As Necrópoles e o Novo Rito Funerário

Tradicionalmente, defende-se que a transformação cultural da IIª Idade do Ferro seria perceptível, entre outras razões, pela introdução de um novo rito funerário — a cremação em *ustrina* e posterior deposição em urna —, considerando-se as violações/reutilizações de recintos funerários do período anterior um claro indicador da chegada de novas populações. Esta importante mudança nos

Os dados da escavação do habitat de Alcácer do Sal vêm, em nosso entender, chamar a atenção para uma primeira distinção fundamental que se deve estabelecer na abordagem às realidades proto-históricas das áreas meridionais do nosso território: a que opõe litoral e interior. Como se verá, mesmo esta distinção poderá não ser operante em todas as situações.

Numa outra região, minimamente conhecida, já no Alto Alentejo, foram identificadas e parcialmente escavadas duas necrópoles que Schuelle incluiu, a par do Olival do Senhor dos Mártires, no seu “Grupo do Tejo” (1969): a da Herdade da Chaminé, Elvas, e a do Monte da Cardeira, Alandroal. A primeira foi extensamente escavada por A. Viana e Dias de Deus (VIANA/DEUS, 1950 e 1958) e forneceu um numeroso conjunto de materiais, entre os quais cerâmicas manuais de cozeduras irregulares, predominantemente reductoras, com decorações incisas sobre cordões plásticos, cerâmicas montadas ao torno, entre as quais tigelas baixas e outros recipientes com decorações pintadas (de “tipo ibérico”), espada de antenas, etc. — uma pequena parte dos materiais cerâmicos foi recentemente publicada (NOLEN, 1985). Pela sua localização, parece aceitável supor-la associada a algum dos povoados identificados no decurso das prospecções da área de S. Eulália (GAMITO, 1988). A segunda, descoberta no decurso de trabalhos agrícolas, não chegou a ser efectivamente escavada. A. Viana e Dias de Deus limitaram-se a recolher e publicar uma falcata e uma folha de lança em ferro (1958: 8-10 e Est. XXVI).

Pela sua localização geográfica, estas necrópoles sugeriam uma indicação do trajecto percorrido pelas populações continentais, desde a Meseta até Alcácer. Contudo, não se documenta qualquer presença “Orientalizante”, anterior, no local; e, para além disso, os materiais sugerem uma cronologia inequivocamente avançada dentro da IIª Idade do Ferro que inviabiliza qualquer pretensa anterioridade em relação à “fase continental” da necrópole da Alcácer do Sal.

4.3. Formas de Povoamento: Rupturas e Continuidades

O apreciável desconhecimento que advem da ausência de escavações em área ou de sondagens estratigráficas na esmagadora maioria dos povoados meridionais constitui um importante óbice a qualquer análise crítica. Todavia, os poucos dados disponíveis parecem sugerir, como se referiu, que uma primeira distinção entre litoral e interior adquire alguma relevância para a caracterização dos ambientes culturais proto-históricos das áreas meridionais.

4.3.2. O Interior

Seria fundamentalmente no interior que se poderia observar os sinais das transformações culturais da Iª para a IIª Idade do Ferro, tal como tradicionalmente tem sido apresentada, e onde se reuniam os mais significativos vestígios “celtizantes”. Contudo, uma vez mais, a escassez dos dados e o seu carácter contraditório suscitam mais interrogações do que categóricas conclusões.

Conhecemos alguns povoados de grandes dimensões que parecem remontar ao Bronze Final, eventualmente contemporâneos de algumas ocupações sidéricas do litoral, como o Outeiro do Circo, Beringel, (PARREIRA, 1971-5), os povoados da foz do Ardila (PARREIRA/SOARES, 1980) ou o da Coroa do Frade, Évora (ARNAUD, 1979), que, aparentemente terão sido abandonados, sem terem conhecido ocupações verdadeiramente “Orientalizantes”. Em contrapartida, os sítios que supostamente documentam as ocupações da Iª Idade do Ferro, designadamente os povoados das áreas de Ourique, Castro Verde, Almodôvar (BEIRÃO, 1986), patenteiam uma pobreza de espólios e uma insignificância nada consentâneas com a tese de uma “brilhante” e “florescente” Civilização — recorde-se que a amostra cerâmica de Fernão Vaz, Ourique, documenta um predomínio absoluto das cerâmicas manuais de tradição local (*Idem*: 116), em clara oposição com os horizontes detectados no Baixo Sado (MAYET/SILVA, 1993:138-140) e Baixo Tejo (BARROS/CARDOSO/SABROSA, 1993:155-6 e ARRUDA, 1993:198-202). É, aliás, esta situação que justifica a explicação destes povoados como núcleos periféricos de grandes centros ainda não detectados (BEIRÃO/GOMES/MONTEIRO, 1979:9; BEIRÃO/GOMES, 1980: 6-7; BEIRÃO, 1986).

Finalmente, outros povoados, de maior dimensão, implantados em lugares estratégicos de boas condições naturais de defesa, ou com importantes estruturas defensivas, como o da Cabeça de Vaiamonte, Monforte (materiais depositados no MNAE e ARNAUD/GAMITO, 1974-7); Veiros, Estremoz (ARNAUD, 1970); Serpa (BRAGA/SOARES, 1981 e SOARES/BRAGA, 1986) ou Mesas do Castelhinho, Almodôvar (FERREIRA, 1993; FABIÃO/GUERRA, 1991 e 1993), não parecem ter conhecido ocupações associáveis à Iª Idade do Ferro.

Esta situação poderia, eventualmente, documentar uma mudança nos padrões de povoamento e, deste modo, fornecer mais uma “prova” das transformações culturais ocorridas na região ao longo do I Milénio. Note-se, aliás, que, recentemente, foi apresentada para a Estremadura espanhola uma leitura que pretendia documentar através da diferença observável nas estratégias de povoamento, a ruptura entre um período “Orientalizante”, de âmbito cronológico amplo, abraçando o Bronze Final e um Ferro Inicial, e uma IIª Idade do Ferro “celtizada” (RODRÍGUEZ DÍAZ, 1990). Embora reconhecendo as dificuldades decorrentes da escassa informação disponível para aquele território espanhol, o autor entrevê

Já referimos as necrópoles conhecidas na região, geograficamente implantadas numa área de que se conhecem, também, importantes dados sobre o povoamento. O mais importante de todos, para o tema que tratamos, é o da Serra de Segóvia, Elvas, pela longa ocupação que conheceu, para além do mais, balizada por datas de Radiocarbono (GAMITO, 1982, 1988, 1991) — do povoado de Cabeça de Vaimonte, Monforte, não restam mais do que materiais desprovidos de contextos (ARNAUD/GAMITO, 1974-7 e MNAE), e Veiros, Estremoz (ARNAUD, 1970), parece ter somente uma ocupação tardia.

Infelizmente, não dispomos de uma publicação sistemática dos dados da escavação do povoado da Serra de Segóvia. Contudo, parece evidente a existência de uma continuidade de feição “Continental”, desde o Bronze Final até à plena Romanização (GAMITO, 1982: e 1988:119-121), o que não excluiu a existência de contactos com o mundo mediterrâneo, aparentemente intensificados justamente nas fases correspondentes à IIª Idade do Ferro local (GAMITO, 1988:119-121).

Mais a Norte, o povoado do Baldio, Arronches, apenas sondado, parece revelar igualmente uma ocupação contínua desde o Bronze Final à Romanização. No entanto, os dados publicados, por excessivamente sumários, inibem qualquer tentativa de comparação, já que a breve notícia sobre a sondagem efectuada (GAMITO, 1985: 91-2) é dificilmente articulável com as datas de Radiocarbono publicadas posteriormente e sem referência aos contextos estratigráficos em que as amostras foram recolhidas (1991:300 e 1993).

Assim, temos de concluir que, mesmo o interior, apresenta uma apreciável variedade de situações. As áreas de Ourique-Castro Verde-Almodôvar, particularmente importantes no contexto da Proto-História do nosso território por nelas se concentrar a maior densidade de vestígios epigráficos da escrita do SO, fornecem dados contraditórios. Por um lado, as únicas datas de radiocarbono associáveis ao fenómeno epigráfico sugerem cronologias tardias. Por outro, a tradição dos pequenos povoados em zonas baixas, sem estruturas defensivas, não parecem ser um modelo de povoamento exclusivo da Iª Idade do Ferro, já que se conhecem estruturas análogas no período posterior. Finalmente, assinala-se o aparecimento, a partir do século V-IV de novos modelos de habitat, com maiores dimensões e fortificados, aparentemente não documentados na chamada Iª Idade do Ferro.

Quanto à área do Alto Alentejo, parece registar uma continuidade cultural de feição continental, embora com numerosas importações de cariz mediterrâneo, sem que se afigure possível falar de um anterior período “Orientalizante”...

Sintetizando, poderemos dizer que resulta impossível querer caracterizar as componentes étnicas existentes nas áreas meridionais do actual território português a partir das fontes clássicas, da onomástica ou da epigrafia, visto que, no

- BEIRÃO, C.M./ GOMES, M.V., 1980 - "A Iª Idade do Ferro do Sul de Portugal. Epigrafia e Cultura", Lisboa, SEC.
- BEIRÃO, C.M./ GOMES, M.V., 1985 - "Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal", in *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 5-8 Noviembre 1980)*, Salamanca: Ed. Universidad, pp. 465-499.
- BEIRÃO, C.M./ GOMES, M.V./ MONTEIRO, J.P., 1979 - "As Estelas Epigrafadas da Iª Idade do Ferro do Sul de Portugal", Setúbal, MAEDS.
- BEIRÃO, C.M./ SILVA, C.T./ SOARES, J./ GOMES, M.V./ GOMES, R.V., 1987 - "Um Depósito Votivo da IIª Idade do Ferro, no Sul de Portugal, e as suas relações com as culturas da Meseta, *Studia Palaeohispanica (Actas del IV Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispánicas)*", *Veleia*, 2-3, p. 207-221.
- BEIRÃO, C.M./ SILVA, C.T./ SOARES, J./ GOMES, M.V./ GOMES, R.V., 1985 - "Depósito Votivo da IIª Idade do Ferro de Garvão - Notícia da I Campanha de Escavações", *O Arqueólogo Português*, IV série, 3, p. 45-135.
- BERTHELOT, A. 1934 - *Festus Avienus: Ora Maritima*, Paris, 1934.
- BRAGA, J.M.R./ SOARES, A.M.M., 1981 - "Indícios de uma Ocupação da Segunda Idade do Ferro no Castelo de Serpa", *Arqueologia*, 4, 1981, p. 116-123.
- CORREA, J. 1993 - "El Signario de Espanca (Castro Verde) y la Escritura Tartesia, *Actas del V Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Colónia, 25-28 Nov. 1989)*", *Salamanca*, Ed. Universidad, pp. 521-555.
- CORREIA, V., 1925 - "Uma Conferência sobre a Necrópole de Alcácer do Sal, in: *Obras*, IV, *Estudos Arqueológicos*", Coimbra, *Acta Universitatis Conimbrigensis*, 1972, p. 151-168.
- CORREIA, V., 1928 - "Escavações Realizadas na Necrópole Pré-Romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927, *Idem*", p. 169-179.
- CORREIA, V., 1930 - "As Fíbulas da Necrópole de Alcácer do Sal, *Idem*", p. 181-186.
- ENCARNAÇÃO, J.D' - Incrições romanas do "conuentus pacensis", *Coimbra: Instituto de Arqueologia*.
- FABIÃO, C./ GUERRA, A. 1991 - "O Povoado Fortificado de "Mesas do Castelinho", Almodôvar, *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da AAP (Lisboa, 1990)*", *Lisboa*, p. 305-319.
- FABIÃO, C./ GUERRA, A., 1993 - "As Ocupações Antigas do Sítio de Mesas do Castelinho, Almodôvar. Resultados das Campanhas de 1990-2, *Actas das V Jornadas Arqueológicas da AAP (Lisboa, 1993)*", *no prelo*.
- FARIA, A.M., 1989 - "A Numária de *Cantnipo", *Conimbriga*, 28, p. 71-99.
- FARIA, A.M., 1993 - "Ainda Sobre o Nome Pré-Romano de Alcácer do Sal", *Vipasca*, 1, p. 39-48.
- FERREIRA, C.J.A., 1993 - "Escavações no Povoado Fortificado das Mesas do Castelinho (Almodôvar). Relatório Preliminar", *Vipasca*, 1, p. 19-37.
- GAMITO, T.J., 1982 - "A Idade do Ferro no Sul de Portugal: Problemas e Perspectivas", *Arqueologia*, 6, p. 65-78.
- GAMITO, T.J., 1985 - "Castro do Baldio, Arronches", *Informação Arqueológica*, 5 (1982-3), p. 91-2.
- GAMITO, T. J., 1988 - "Social Complexity in Southwest Iberia 800-300 B.C.. The Case of Tartessos", *Oxford*, B.A.R.-I.S., 439.
- GAMITO, T.J., 1991 - "A Introdução da Metalurgia do Ferro no Sudoeste Peninsular (com base nas datações de radiocarbono), *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da AAP (Lisboa, 1990)*", p. 299-304.

Cacém)”, *Setúbal Arqueológica*, V, p. 159-184.

UNTERMANN, J. 1975 - “Monumenta Linguarum Hispanicarum”, I, *Wiesbaden*.

VIANA, A., 1960 - “Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo”, separata de *Arquivo de Beja*, 16.

VIANA, A./ DEUS, A.D., 1950 - “Necropolis Celtico-Romanas del Concejo de Elvas (Portugal)”, *Arquivo Español de Arqueología*, 80, p. 229-253.

VIANA, A./ DEUS, A.D., 1958 - “Campos de Urnas do Concelho de Elvas. Paço Ducal de Vila Viçosa, Materiais da Secção Arqueológica”, separata de *O Instituto*, 118.

VIANA, A./ FERREIRA, O.V./ ANDRADE, R.F., 1957 - “Monumentos Megalíticos dos Arredores de Ourique”, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 38, p. 409-413.